

MENCIONE-SE  
PUBLIQUE-SE  
EXPEÇA-SE

11/11/04



*Renato Sampaio*

**Requerimento** Nº 299/IX (3ª) – AC

10 de Novembro de 2004

**Assunto – Construção do Centro Materno-Infantil do Porto**

Apresentado por: **Renato Sampaio (PS)**

Com o objectivo de responder às graves carências de instalações da Maternidade Júlio Dinis, do Hospital Geral de Santo António e, sobretudo, do Hospital Maria Pia (HMP), considerado, desde há décadas, um espaço deficiente no tratamento de crianças e de algum risco para os profissionais, foi considerado urgente a criação do Centro Materno-Infantil do Porto que, em simultâneo, constituísse para o Norte um centro de excelência para o acompanhamento e tratamento das futuras mães e das crianças, diferenciado primordialmente no sentido assistencial e também com componentes de investigação e de ensino.

Após muitas hesitações, foi definido o plano funcional da nova instituição e mandado elaborar, após concurso, o projecto, que previa uma construção de cerca de 16.000 m<sup>2</sup>, com ampla área de estacionamento, com área verde, com acesso principal pela Rua da Piedade e alternativo pelo Largo da Maternidade.

Pela acção decidida da Câmara Municipal do Porto, ficou resolvida a disponibilização do espaço de construção, e assim o terreno ficou totalmente disponível.

Foram também inscritas, em sede de PIDDAC, das verbas necessárias, cerca de 50 milhões de euros, para o arranque deste importante equipamento de saúde.

Alguns meses após a tomada de posse, o actual Ministro da Saúde Dr. Luís Filipe Pereira colocaria em causa a necessidade de construir o CMIN. O assunto foi trazido para a opinião pública nos finais de 2002 o que motivou variadíssimas reacções públicas. Perante estas reacções, começou então a esboçar-se o discurso de encontrar outras alternativas, tendo finalmente o Ministério da Saúde optado pela construção CMIN nos terrenos do Hospital de S. João.

Embora e ainda hoje considerarmos que esta não foi a melhor opção, neste momento o que se torna urgente é a sua construção. Contudo, constatamos que continuam a existir atrasos, hesitações e algum desentendimento entre os Serviços do Ministério da Saúde e o próprio Ministro.

*Renato Sampaio*

*Renato Sampaio*

Ora, segundo o calendário divulgado e apresentado no início deste ano, a construção do Centro Materno-Infantil do Norte (CMIN), agora nos terrenos anexos ao Hospital de S. João, deveria estar concluída até ao final de 2006.

Aliás, o PIDDAC aprovado para 2004 suportava esta calendarização ao prever a dotação orçamental de cerca de 34 milhões de euros para o ano 2005.


Entretanto, verifica-se na proposta de OE para 2005 uma dotação de 3,5 milhões, cerca de 10% da anteriormente prevista, e o próprio Ministro da Saúde, em deslocação à Maia em 29 de Outubro de 2004 indicou outra data, referindo a conclusão da obra antes do final de 2007.

Por outro lado, os serviços do Ministério da Saúde deram nota pública, pela comunicação social e em ofício dirigido à Câmara Municipal do Porto, de uma mudança de calendarização, na qual o CMIN ficará concluído apenas no primeiro semestre de 2008. De atraso em atraso até ao esquecimento final, parece ser a política do actual Ministério da Saúde.

Neste contexto, tendo em conta estas discrepâncias e tendo em conta a urgência de construção deste importante equipamento de saúde para o Porto e para o Norte, venho ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais em vigor, requerer ao Ministério Saúde as seguintes informações.

1. Que razões justificam as permanentes mudanças de calendário para a edificação do CMIN?
2. Em que fase está a elaboração do programa funcional, base de qualquer projecto credível? Já foi debatido com as instituições envolvidas (HS João, Hospital Maria Pia, Maternidade Júlio Dinis)? A estar concluído, solicitava que o mesmo nos fosse enviado.
3. O adiamento da conclusão para depois de 2006 põe ou não em causa o financiamento comunitário? A verificar-se esta situação, está assegurado o financiamento exclusivamente nacional para a sua construção e dentro dos prazos previstos?
4. Como e qual o custo para assegurar o funcionamento das consultas externas do Hospital no período da obra?

O Deputado



RENATO SAMPAIO